

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA

**DELIBERAÇÃO PPGEE 01/2025**

Estabelece as normas gerais e os critérios de concessão, renovação, cancelamento, e acúmulo de bolsas de pós-graduação concedidas no país com atividade remunerada ou outros rendimentos.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Maria, no uso de suas atribuições e considerando:

- o Regimento Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu da UFSM que regulamenta e estabelece os critérios para o funcionamento dos Programas de Pós-graduação;
- o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica;
- a Portaria nº 034, de 30 de maio de 2006 - CAPES e suas alterações, que regulamenta o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX);
- a Portaria nº 133, de 10 de julho de 2023 - CAPES, que regulamenta o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela CAPES no País com atividade remunerada ou outros rendimentos;
- a Portaria Normativa PRPGP/UFSM N. 001 de 27 de setembro de 2023, que dispõe sobre o acúmulo de bolsas com atividade remunerada ou outros rendimentos, no âmbito da UFSM, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer as normas gerais e os critérios de concessão, renovação, cancelamento, e acúmulo de bolsas de pós-graduação concedidas no país com atividade remunerada ou outros rendimentos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPGEE) da Universidade Federal de Santa Maria.

Parágrafo único. As bolsas referidas no caput do artigo compreendem bolsas de mestrado e doutorado financiadas por agências de fomento.

Art. 2º As competências da Comissão de Gestão estão definidas no Regulamento do PPGEE.

I – as atribuições relativas à Comissão de Gestão estão estabelecidas nas Portarias CAPES nº 034/2006 e nº 227/2017 ou outras que venham a substituí-las.

II – No que tange aos critérios de concessão, renovação, cancelamento, e acúmulo de bolsas concedidas com atividade remunerada ou outros rendimentos, a Comissão de Gestão atuará nos termos da Portaria Normativa PRPGP/UFSM nº 001/2023 ou outra que venha a substituí-la.

Art. 3º As bolsas concedidas no âmbito do PPGEE consistem em pagamento de mensalidade para manutenção do bolsista, observando os valores, prazos e condições de concessão definidos pelas agências de fomento.

§ 1º. Cada benefício da bolsa deve ser atribuído a um indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento sob qualquer pretexto.

§ 2º. O pagamento de mensalidades de bolsa será efetuado diretamente na conta corrente do bolsista pela agência de fomento.

Art. 4º A formalização de candidatura à concessão de bolsas de estudo será realizada por meio de preenchimento de questionário semestral eletrônico encaminhado pelo PPGEE.

## CAPÍTULO II

### DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 5º As bolsas serão concedidas prioritariamente a candidatos que não possuem atividade remunerada ou outras fontes de rendimentos de qualquer natureza no ato de implementação da bolsa, seguindo critérios que priorizem o mérito acadêmico do beneficiário, conforme estabelecido nas normas das agências de fomento.

Art. 6º A concessão de bolsas entre os grupos de pesquisa credenciados no PPGEE será de acordo com o critério de distributividade.

Parágrafo único. No caso de existirem mais candidatos à bolsa do que o número de bolsas, tem-se prioridade para alunos sem vínculo empregatício, independente do grupo de pesquisa e do professor orientador.

Art. 7º A cota de referência de bolsas de cada grupo de pesquisa é definida como a relação entre o número de professores permanentes de cada grupo vezes o número total de bolsas de cada modalidade (mestrado/doutorado) pelo número total de professores permanentes do PPGEE da respectiva modalidade.

§ 1º Os professores permanentes, para esta resolução, são aqueles habilitados a novas orientações e também aqueles não habilitados com orientação de alunos em andamento por modalidade (mestrado/doutorado).

§ 2º Poderá haver remanejo de bolsas entre os grupos caso não sejam preenchidas todas as bolsas da cota, por ausência de candidatos aptos à concessão de bolsas ou por prioridade de critérios estabelecidos pela Comissão de Gestão, sempre observando a minimização dos desvios em relação às cotas de referência de cada grupo de pesquisa credenciado.

Art. 8º A concessão de bolsas entre os professores orientadores de cada grupo de pesquisa credenciado no PPGEE será de acordo com o critério de distributividade.

Art. 9º Os professores orientadores que possuem menos alunos com bolsas concedidas pelo PPGEE em uma dada modalidade (mestrado/doutorado), têm prioridade na distribuição de bolsas.

§ 1º No caso de professores orientadores com o mesmo número de alunos com bolsas concedidas pelo PPGEE, adota-se como critério de prioridade o índice geral de produtividade dos docentes, referente ao período de 04 (quatro) anos anteriores.

§ 2º Será considerado como critério de desempate o valor do indicador DPI, calculado anualmente pelo PPGEE, referente ao período de 04 (quatro) anos anteriores, conforme Deliberação específica.

Art. 10. A distribuição das bolsas para alunos sob orientação de um mesmo professor é prioritária para:

I - alunos sem vínculo empregatício e com dedicação integral às atividades do programa;

II - maior tempo de ingresso no programa, com parecer do orientador de avaliação de desempenho do aluno;

III - melhor desempenho acadêmico no curso, com parecer do professor orientador;

IV - classificação na seleção de ingresso no programa.

Art. 11. Será reservada, no mínimo, 1 (uma) cota de bolsa de mestrado por grupo de pesquisa para participação em editais exclusivos para alunos estrangeiros.

### CAPÍTULO III

#### DO ACÚMULO DE BOLSA COM ATIVIDADE REMUNERADA OU OUTROS RENDIMENTOS

Art. 12. No caso de candidatos que exerçam atividade remunerada ou possuam outras fontes de rendimentos antes de se candidatar à bolsa, o acúmulo destes provimentos com a bolsa poderá ser autorizado apenas após a distribuição das bolsas aos beneficiários que não possuam atividade remunerada ou outras fontes de rendimentos e deverá obedecer a seguinte ordem de prioridade, independente do grupo de pesquisa ou do professor orientador:

I - candidatos com Benefício Socioeconômico (BSE) ativo, nos termos da Resolução UFSM nº 007/2008 ou outra que venha a substituí-la;

II - candidatos que ingressaram por meio de políticas de ações afirmativas do programa de pós-graduação;

III - professores(as) e demais profissionais da educação básica que atuam na rede pública municipal, estadual ou federal de ensino;

IV - profissionais que atuam em serviços públicos ou privados que tenham correlação com sua temática de trabalho no âmbito da pós-graduação; e,

V - outros grupos profissionais ou critérios definidos pelo programa de pós-graduação.

§ 1º Na autorização para o acúmulo de bolsas com atividade remunerada ou outras fontes de rendimentos, em cada uma das categorias prevista nos incisos I a V devem ser priorizados profissionais com menor carga horária de trabalho, tendo maior disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades da bolsa. Caso a carga horária seja igual, serão priorizados profissionais com menor rendimento mensal

§ 2º Devem ser observadas as vedações de acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País definidas pelas agências de fomento, nomeadamente com outras bolsas nacionais ou internacionais de mesmo nível, financiadas com recursos públicos federais, e demais casos expressamente vedados na legislação vigente e/ou nos programas de fomento específicos.

§ 3º A autorização de acúmulo de bolsa prevista nos incisos I ao V do caput deve ser concedida apenas quando a atividade remunerada não prejudicar o tempo de dedicação exigido para as atividades da bolsa, atestado por manifestação conjunta do(a) bolsista e do(a) orientador(a), tendo em vista que o acúmulo não exime o beneficiário de cumprir com suas obrigações junto ao programa de pós-graduação e às agências de financiamento da bolsa.

§ 4º A concessão da bolsa deverá ocorrer por período não superior ao período regular de curso, com a manutenção da bolsa mediante entrega do relatório semestral bolsista, com parecer favorável do(a) orientador(a).

§ 5º A revisão da concessão de bolsa com acúmulo será realizada mensalmente, sendo a bolsa cancelada caso tenha candidato que não exerça atividade remunerada e/ou não receba outras fontes de rendimento.

Art. 13. Os(As) bolsistas que passarem a exercer atividade remunerada ou receber outras fontes de rendimentos durante o período de vigência da bolsa deverão comunicar imediatamente a coordenação do programa de pós-graduação e somente poderão manter a bolsa caso não haja nenhum(a) candidato(a) prioritário(a) (sem exercício de atividade remunerada ou recebimento de outras fontes de rendimentos) aguardando para receber bolsa.

§ 1º A não comunicação da alteração da condição de exercício de atividade remunerada ou recebimento de outras fontes de rendimentos poderá ensejar o cancelamento da bolsa e a notificação da agência financiadora.

§ 2º A autorização de acúmulo de bolsa prevista no caput deve ser concedida apenas quando a atividade remunerada não prejudicar o tempo de dedicação exigido para as atividades da bolsa, atestado por manifestação conjunta do(a) bolsista e do(a) orientador(a), tendo em vista que o acúmulo não exime o(a) beneficiário(a) de cumprir com suas obrigações junto ao programa de pós-graduação e às agências de financiamento da bolsa.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 14. Exigir-se-á do pós-graduando, para concessão de bolsa de estudos:

I - dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação, ressalvada expressa permissão legal ou previsão em ato normativo específico da Capes;

II – comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pela instituição promotora do curso;

III – realizar estágio de docência de acordo com o estabelecido na Portaria CAPES nº 034/2006, sendo a obrigatoriedade restrita aos bolsistas de doutorado;

IV - ser classificado no processo seletivo especialmente instaurado pelo Programa de Pós-Graduação em que realiza o curso;

V – no caso de não possuir dedicação integral às atividades do programa, apresentar Declaração de Acúmulo para informar eventuais, bolsas, vínculos empregatícios ou outros rendimentos e obter autorização da Instituição de Ensino Superior ou do Programa de Pós-Graduação, antes do início da vigência da bolsa;

VI - informar à coordenação do Programa de Pós-Graduação, por meio de Declaração de Acúmulo, qualquer alteração referente a acúmulos de bolsas, vínculos empregatícios ou outros rendimentos, para fins de atualização das informações na plataforma de concessão e acompanhamento de bolsas;

VII - não acumular bolsa de mestrado e doutorado no País com outras bolsas, nacionais e internacionais, de mesmo nível, financiadas com recursos públicos federais;

VIII - citar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em trabalhos produzidos e publicados em qualquer mídia, que decorram de atividades financiadas, integral ou parcialmente, pela referida Fundação, conforme art. 1º da Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018;

IX – deverão ser utilizadas as seguintes expressões, no idioma do trabalho: "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

X - assumir a obrigação de restituir os valores despendidos com bolsa, na hipótese de interrupção do estudo, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à vontade ou doença grave devidamente comprovada.

Parágrafo único. A inobservância das cláusulas citadas acima, ou se praticada qualquer fraude pelo(a) beneficiário, em qualquer momento durante o período de vigência da bolsa acarretará a imediata interrupção dos repasses, bem como a obrigação de restituição à CAPES dos recursos aplicados irregularmente.

## CAPÍTULO V

### DA DURAÇÃO DAS BOLSAS

Art. 15. A bolsa será concedida pelo prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) meses para o doutorado, e de 24 (vinte e quatro) meses para o mestrado, respeitando as seguintes condições:

I – recomendação de renovação sustentada na avaliação do desempenho acadêmico do pós-graduando, mediante entrega de relatório semestral, com parecer favorável do(a) orientador(a);

II - persistência das condições pessoais do bolsista, que ensejaram a concessão anterior.

§ 1º Na apuração do limite de duração das bolsas, considerar-se-ão também as parcelas recebidas anteriormente pelo bolsista, advindas do mesmo ou de outro programa de bolsas da CAPES e demais agências para o mesmo nível de curso, assim como o período do estágio no exterior subsidiado por qualquer agência ou organismo nacional ou estrangeiro.

§ 2º A vigência da bolsa respeitará o limite regular de duração do curso a partir de ingresso, sendo de 48 (quarenta e oito) meses para o doutorado e de 24 (vinte e quatro) meses para o mestrado.

§ 3º O bolsista de mestrado que obtiver recomendação para mudança de nível para o doutorado, sendo contemplado com bolsa desse nível, não poderá ter a duração de bolsa superior a 60 (sessenta) meses, considerando ambos os níveis.

§ 4º Os limites fixados neste artigo são improrrogáveis.

## CAPÍTULO VI

### DA SUSPENSÃO DAS BOLSAS

Art. 16. O período máximo de suspensão da bolsa, devidamente justificado, será de até 18 (dezoito) meses, e ocorrerão nos seguintes casos:

I - de até 6 (seis) meses, no caso de doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades do curso ou licença maternidade;

II - de até 18 (dezoito) meses, para bolsista de doutorado, que for realizar estágio no exterior relacionado com seu plano de curso, apoiado pela CAPES ou por outra Agência.

Parágrafo único. A suspensão pelos motivos previstos no inciso I deste artigo não será computada para efeito de duração da bolsa.

## CAPÍTULO VII

## DA PRORROGAÇÃO DE BOLSA POR OCORRÊNCIA DE PARTO

Art. 17. Nos casos de afastamento temporário das atividades acadêmicas, em função da ocorrência de parto ou de adoção, o programa de pós-graduação deverá solicitar a prorrogação da bolsa à Capes dentro do período de vigência do benefício, não ocorrendo a suspensão das mensalidades de bolsa durante o afastamento, observada norma específica da CAPES.

## CAPÍTULO VIII

### DA COLETA DE DADOS OU ESTÁGIO NO PAÍS E EXTERIOR

Art. 18. A bolsa será mantida quando:

I - o mestrando ou o doutorando se afastar da localidade em que realiza o curso, para efetuar estágio no país ou no exterior ou coletar dados necessários à elaboração de sua dissertação ou tese, se a necessidade da coleta ou estágio for reconhecida pelo PPGEE para o desenvolvimento do plano de trabalho proposto, por prazo não superior a seis meses e até doze meses, respectivamente;

II - o doutorando se afastar para realizar estudos referentes à sua tese, por período estabelecido por acordos internacionais assinados pela CAPES ou outra agência de fomento pública nacional;

§1º Caberá ao PPGEE autorizar o bolsista a efetuar coleta de dados ou estágio no país ou exterior previsto neste artigo, observando o mérito acadêmico do bolsista.

§2º Caberá ao coordenador do curso de pós-graduação acompanhar os bolsistas que se enquadrarem nesta situação, com vistas ao cumprimento dos prazos estipulados no art. 11 da presente resolução.

## CAPÍTULO IX

### DA REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 19. Será revogada a concessão da bolsa, com a consequente restituição de todos os valores de mensalidades e demais benefícios, nos seguintes casos:

I - se apurada omissão de percepção de remuneração, quando exigida;

II - se apresentada declaração falsa da inexistência de apoio de qualquer natureza por outra agência;

III - se praticada qualquer fraude pelo bolsista, sem a qual a concessão não teria ocorrido.

Parágrafo único. A bolsa poderá ser revogada a qualquer tempo por infringência das normas ou mesmo dos dispositivos no Termo de Compromisso de Bolsa, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, e impossibilitado de receber benefícios por parte da agência de fomento pelo período de até 5 (cinco) anos, contados do conhecimento do fato.

## CAPÍTULO X

### DO CANCELAMENTO DA BOLSA

Art. 20. O PPGEE poderá proceder a qualquer tempo os cancelamentos das bolsas, nos casos de:

I - por ocasião da defesa de dissertação ou tese;

II - não atendimento aos requisitos de concessão de bolsa;

III - avaliação de desempenho acadêmico do pós-graduando com parecer de não recomendação da manutenção da bolsa;

IV - reprovação em uma disciplina do programa;

V - reprovação em exame de qualificação de tese.

Parágrafo único. A não conclusão do curso acarretará ao ex-bolsista a obrigação de restituir os valores despendidos com o benefício, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada, que o impeça de realizar as atividades acadêmicas. A Comissão de Gestão deverá fundamentar e se posicionar em parecer conclusivo, com decisão fundamentada, acerca de todas as situações de não conclusão.

## CAPÍTULO XI

### A MUDANÇA DE NÍVEL

Art. 21. Admitir-se-á mudança de nível quando obedecidas as normas do PPGEE e da agência de fomento, desde que haja disponibilidade de recursos no programa definido em edital específico.

§ 1º Em caso de progressão direta do mestrado para o doutorado sem o processo seletivo do candidato, para fins de concessão de bolsa, fica vinculada ao aluno, além da cota de bolsa de doutorado, uma cota “virtual” de mestrado correspondente àquela que o aluno ocupava antes da progressão.

§ 2º A cota “virtual” será contabilizada para o seu professor orientador de doutorado e para o grupo de pesquisa à que o orientador faz parte, sendo extinta após o término da duração da bolsa de doutorado ou quando a agência de fomento repor a cota de mestrado que foi usada para a mudança de nível.

§ 3º A mudança de nível de que trata este artigo implica a alteração do número de cotas de bolsas, com repercussão nas concessões dos exercícios posteriores.

## CAPÍTULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos ou excepcionais serão tratados pelo Colegiado do PPGEE.

Art. 23. Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Santa Maria, 11 de março de 2025.